



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

### **A “RESILIÊNCIA SOCIAL” COMO TENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS MULHERES?**

LAUDICENA MARIA PEREIRA BARRETO <sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo, dentre outros aspectos, reflete sobre os fundamentos dos intelectuais e organismos internacionais acerca das “inovações para proteção social” no Brasil. Desta perspectiva, objetiva problematizar as diretrizes do Banco Mundial (2021) para a intervenção social pós-pandemia que parece reconfigurar a assistência social e impor a “resiliência social” como estratégia de intervenção social do Estado brasileiro sobre a população de “baixa renda”, especialmente, com inscrição no CadÚnico, beneficiária e ex-beneficiária dos programas de transferência monetária, revelando tendências para as políticas de proteção social às mulheres das classes subalternas, hoje principais beneficiárias do Auxílio Brasil.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Pernambuco - Departamento De Serviço Social

---

**PALAVRAS-CHAVE:** Resiliência Social; Proteção Social; Banco Mundial; Mulheres das Classes Subalternas; Lutas Sociais.

**ABSTRACT:** This article, among other aspects, reflects on the foundations of intellectuals and international organizations about “innovations for social protection” in Brazil. From this perspective, it aims to problematize the World Bank guidelines (2021) for post-pandemic social intervention that seems to reconfigure social assistance and impose “social resilience” as a social intervention strategy of the Brazilian State on the “low-income” population. especially, with registration in CadÚnico, beneficiary and former beneficiary of the monetary transfer programs, revealing trends for social protection policies for women from the lower classes, today the main beneficiaries of Auxílio Brasil.

**KEYWORDS:** Social Resilience; Social Protection; World Bank; Women of the Subaltern Classes; Social Struggles.

## 1. INTRODUÇÃO

Recentemente o Banco Mundial publicou a seguinte reportagem: “No Pós-Covid é preciso aumentar a resiliência da população vulnerável”<sup>2</sup>. Segundo trecho da reportagem,

Uma questão relevante durante o período de recuperação do Brasil será como aumentar a resiliência dos trabalhadores vulneráveis e informais, especialmente

---

2 Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2021/11/18/no-pos-covid-preciso-aumentar-a-resiliencia-da-populacao-vulneravel>. acesso em: 08 de agosto de 2022.

aqueles que deixam de receber o AE, mas não são elegíveis para assistência social tradicional. O desenho do novo programa de transferência condicionada de renda (Auxílio Brasil) que irá substituir o Bolsa Família é fundamental. A manutenção do dinamismo do programa e a adequação de sua amplitude e generosidade são essenciais para fortalecer a rede de proteção. No entanto, para proporcionar uma forma mínima de 'seguro de renda' para famílias que permanecem em risco de cair na pobreza após um choque, novas políticas de inclusão financeira podem ser implementadas.

O momento presente impõe ao Serviço Social a necessidade de compreender as tendências e diretrizes para as políticas de proteção social no Brasil ante o avanço e acirramento da ortodoxia neoliberal, do (neo) conservadorismo e da financeirização da vida, especialmente, quando retomamos esses aspectos em torno da análise da dinâmica dos processos de desmonte da Seguridade Social e seus reflexos sobre as mulheres das classes subalternas.

Partindo dessa direção ético-política, compreendemos que o desmonte das políticas sociais públicas, em especial, das políticas de Seguridade Social, projetado desde os anos 1990 por diferentes governos neoliberais em articulação com os organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc), revela não só o controle e subalternidade do Estado social brasileiro, mas a dominação capitalista-patriarcal-racista sobre as mulheres das periferias a fim de explorar seus corpos e vidas, expondo-as às mais diversas formas de violência.

Desta perspectiva, o presente artigo expõe resultados preliminares da pesquisa sobre nossa coordenação intitulada “Avanços Neoliberais e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da Proteção Social às mulheres”<sup>3</sup>.

As sínteses aqui expostas têm como objetivo central problematizar as diretrizes do Banco Mundial (2021) para a intervenção social pós-pandemia que parece reconfigurar a assistência social<sup>4</sup> e impor a “resiliência social” como estratégia de intervenção social do

---

3 As referências estão omitidas a fim de preservar as regras do ENPESS para submissão de artigos e garantia de anonimato no processo de avaliação.

4 Importa esclarecer que essa dimensão da pesquisa ainda está em análise e deverá ser publicada posteriormente.

Estado brasileiro sobre a população de “baixa renda”, especialmente, com inscrição no CadÚnico, beneficiária e ex-beneficiária dos programas de transferência monetária. Vale salientar que as mulheres das classes subalternas são as maiores usuárias do Auxílio Brasil<sup>5</sup> e que tem maior volume de inscrição no CadÚnico, ambos referenciados pelo Banco Mundial (2021) para tratar da “resiliência dos trabalhadores de baixa renda no Brasil”. Segundo o governo federal “82,5% das famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil são chefiadas por mulheres”<sup>6</sup>.

Para o desenvolvimento desse artigo utilizou-se da revisão bibliográfica referenciada em pesquisadores inscritos na tradição marxista que analisam a dinâmica do projeto e dos processos neoliberais no Brasil e o papel de seus intelectuais e organismos internacionais em torno da contrarreforma das políticas sociais públicas, a exemplo de Castelo (2017; 2013), Maranhão (2012), Pereira (2009), Behring (2018; 2003) e Salvador (2019). Além da revisão bibliográfica, o artigo ancorou-se na pesquisa documental a fim de iniciarmos um tratamento científico às recentes publicações do Banco Mundial (2021; 2012) que tratam das diretrizes e estratégias de proteção social e trabalho para o Brasil.

Além dessa Introdução e referências, o artigo está dividido em mais duas seções, quais sejam: desenvolvimento e conclusão. No seu desenvolvimento, exibimos em breves sínteses dois aspectos que expõem a influência do Banco Mundial e de seus intelectuais orgânicos em torno dos processos de desmonte dos pressupostos dos sistemas de proteção social<sup>7</sup> a exemplo do sistema de Seguridade Social inscrito na Constituição Federal de 1988,

---

5 Apesar de o documento do Banco Mundial se referir ao Programa Bolsa Família, é importante ressaltar que o mesmo foi substituído pelo Auxílio Brasil, mas, apesar disso, o Auxílio Brasil parece preservar semelhanças com aquele programa. O Auxílio Brasil foi instituído através da Lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Segundo o governo Federal, através do Ministério da Cidadania, “o Auxílio Brasil integra em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#oque>. Acesso em 21.02.2022.

6 Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias-2022/agosto/82-5-das-familias-beneficiadas-pelo-auxilio-brasil-sao-chefiadas-por-mulheres>. acesso em 15.08.2022

7 Refere-se aqui ao que Boschetti (2016) conceitua como sistema de proteção social, a saber: “conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais” em diversas áreas. E, “tem como premissa o reconhecimento legal de direitos e a garantia de condições necessárias ao exercício do dever estatal para garanti-los”. (BOSCHETTI, 2016, p.26). Portanto, as diretrizes do Banco Mundial são contrárias a esse fundamento para estruturação dos sistemas de proteção social.

constituindo as tendências da proteção social nas economias periféricas e dependentes, com especial influência sobre a economia brasileira em tempos neoliberais, a saber: item 2. O Canto da Sereia: da “exclusão social” à oportunidade de “inclusão social”; e, item 3. “Nova” Estratégia de Proteção Social: da “inclusão social” à “inclusão financeira”.

Na última seção, a guisa de conclusão, expomos que na tentativa de apontar saídas “inovadoras” à gestão da pobreza/miséria, o documento do Banco Mundial ao articular a crítica acrítica aos mecanismos de intervenção do Estado social brasileiro e ao impor o seguro como diretriz de “proteção social” para a população denominada de “baixa renda”, parece, por um lado, fortalecer mais retrocessos às políticas de Seguridade Social, destacadamente à política de assistência social; por outro lado, revela que a cada nova crise do capital, as diretrizes dos organismos internacionais de controle das economias periféricas vão na contramão das reais necessidades das classes subalternas, impondo desafios ao conjunto da classe trabalhadora, desafios inscritos no âmbito da luta de classes.

## **2. O CANTO DA SEREIA: Da “exclusão social” à oportunidade de “inclusão social”<sup>8</sup>**

Em pleno século XXI um reconhecido liberal escreveu:

A liberdade das mulheres para procurar emprego fora de casa é uma questão fundamental em muitos países do terceiro mundo. Em muitas culturas essa liberdade é sistematicamente negada e, isso, em si, é uma grave violação da liberdade das mulheres e da igualdade entre os sexos. [...] É desnecessário dizer que o trabalho executado pelas mulheres em casa pode ser imensamente árduo, porém raramente ele é tido em alta conta ou mesmo reconhecido (e com certeza nunca é remunerado), e a negação do direito de trabalhar fora de casa é uma violação monumental da liberdade feminina. (AMARTYA SEN, 2010, p.155)

A citação acima revela um paradoxo: tanto mais avançam as políticas neoliberais de desmonte dos sistemas universais de proteção social - que, por sua concepção clássica de segurança social, podem garantir autonomia econômica às mulheres -, quanto mais

---

8 Parte do conteúdo desse artigo, foi desenvolvido a partir das reflexões construídas na nossa tese de doutorado. Para fins de cumprir com as regras de submissão de artigo no ENPESS, estamos omitindo a referência a esse título.

avançam os interesses dos intelectuais liberais em construir teorias que garantam a justiça e a igualdade e promovam a liberdade e o desenvolvimento dos povos oprimidos e explorados das economias periféricas, inclusive, das mulheres das classes subalternas.

Constituída sob a racionalidade instrumental burguesa, patriarcal e racista que, reproduz a discriminação, exploração e opressão das classes subalternas, especialmente das mulheres negras, os intelectuais – expoentes ideológicos do neoliberalismo (DURIGUETTO, 2007) -, vão construindo as suas teorias de enfrentamento às expressões da barbárie capitalista sob a crença na construção de uma “ética pública” que regule a vida social (DURIGUETTO, 2007).

No contexto de crise da ortodoxia neoliberal e ascensão do social-liberalismo, entravam em cena as ideias de construção de um *desenvolvimento como liberdade* (AMARTYA SEN, 2010), constituindo-se como fundamentos que nortearam os governos de centro-esquerda na América-latina, inclusive, no Brasil. Um dos aspectos pesquisados<sup>9</sup> e analisados criticamente sobre o pensamento de Amartya Sen é que o desenvolvimento e elaboração de políticas públicas e se constitui no *canto da sereia* que parece ter fascinado governos vinculados às esquerdas progressistas.

Conforme analisa Maranhão (2012), os governos neoliberais ao colocar a legitimidade em xeque das políticas de ajuste estrutural, primadas no Consenso de Washington, fez com que os organismos internacionais (ONU e Banco Mundial) voltassem a debater e consensuar um novo projeto de desenvolvimento que garantissem níveis adequados de desenvolvimento humano.

Segundo Maranhão, a busca de novas estratégias de desenvolvimento, foi construída pelos organismos internacionais através da gradativa adoção de novas análises e conceitos sobre o papel do crescimento econômico mundial e seus impactos na condição de vida das pessoas (MARANHÃO, 2012, p.86). Segundo esse pesquisador marxista, o resultado foi que, desde então, os organismos multilaterais passaram a adotar o discurso de combate à pobreza consensuado sob a seguinte perspectiva: o desenvolvimento não só tem que recuperar as taxas de lucros capitalistas, mas também deve fazer isso promovendo o crescimento econômico, a equidade e abrindo oportunidades de inclusão social<sup>10</sup>. (MARANHÃO, 2012, p.87).

---

9 Destaca-se aqui a análise de Maranhão (2012).

Para o autor, impõe-se, a partir daí, a urgência de o projeto hegemônico burguês não se limitar às premissas do Consenso de Washington, centrada exclusivamente na liberação dos mercados, nas privatizações e na estabilidade fiscal (Idem, Ibidem, p.88). Ou seja, o que esteve em pauta para os intelectuais da burguesia foi a construção de uma nova concepção de desenvolvimento econômico que conseguisse construir um consenso em torno da direção política da burguesia. Desta feita, Amartya Sen teve um papel relevante na construção dessa nova concepção.

A síntese que se aponta para a proposta de Amartya Sen é de construção de políticas de desenvolvimento cuja abordagem deixe de combater a desigualdade de renda tão somente e se volte ao combate à desigualdade de liberdade para o mercado. Conforme ressalta Maranhão (2012), a preocupação do intelectual indiano está voltada para o aumento da vulnerabilidade social da população nos países periféricos. Nas palavras do pesquisador,

Com o objetivo de articular mercado e equidade, o economista indiano utiliza-se da concepção ampliada de pobreza, elaborada pelo PNUD, para defender uma nova forma de análise do desenvolvimento humano e social, não mais baseada unicamente na renda dos indivíduos ou no acesso aos bens materiais, mas sim no que chama de capacidades humanas básicas. [...] Assim, a novidade da concepção de desenvolvimento de Sen está principalmente na mudança de um foco analítico exclusivo na renda para um foco que leva em consideração as oportunidades sociais abertas (saúde, renda mínima, educação básica etc) que objetivam o desenvolvimento das capacidades humanas dos agentes empreendedores individuais. (MARANHÃO, 2012, p.93)

Pelo exposto, o que importa para Sen, segundo destaca Maranhão, é oferecer oportunidades sociais através de políticas públicas básicas e focalizadas para que os agentes individuais possam galgar uma renda melhor na economia de mercado (MARANHÃO, 2012, p.93, grifos do autor) e, conseqüentemente, sair da sua condição de

---

10 Segundo Maranhão (2008, p. 96), a inclusão social está diretamente vinculada ao conceito de exclusão social. Desta compreensão, o autor destaca que a exclusão social ao se ater aos fatos empiricamente observáveis, fragmenta a realidade social e mistifica as determinações imediatas desse fenômeno. Ou seja, segundo o pesquisador marxista, o que é mera aparência se transforma em essência. Desta perspectiva, Maranhão compreende, e assim concordamos, que com a teoria da exclusão social temos um conceito que mais obscurece do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido e, por isso deixa de apreender as condições concretas que fazem do desemprego crescente, e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica social contemporânea.

pobreza e exclusão social. Na análise de Maranhão, o principal princípio defendido pelo economista é o da garantia da equidade com eficiência. Para ele, as políticas sociais devem estar focalizadas nos incapacitados para o mercado para que esse segmento da população possa aumentar a liberdade de oportunidades e capacidades individuais de escolha. (MARANHÃO, 2012)

Na perspectiva de Maranhão, Amartya Sen ao defender esse princípio afirma que a focalização do público-alvo das políticas públicas de Estado permite tanto dar conta da diversidade das condições individuais quanto ratifica um equilíbrio financeiro das contas públicas na geração de oportunidades sociais para desenvolver as capacidades dos agentes individuais. A proposta de Sen, portanto, visa construir uma teoria liberal da justiça e da equidade que - sem mexer na base fundante das desigualdades sociais, a propriedade privada proponha alternativas que minimizem o crescimento da pobreza e da miséria, mas ao mesmo tempo, garanta a continuidade da política de liberalização dos mercados. (MARANHÃO, 2012)

Em resumo, Maranhão destaca, e assim concordamos, que Amartya Sen não aponta qualquer crítica aos mecanismos que reproduzem e agravam a concentração de riqueza e aumento das desigualdades, sobretudo, nas economias periféricas. Nas palavras do jovem pesquisador marxista:

Com sua concepção de desenvolvimento como liberdade, cuja tese central reside na distinção entre as dimensões do *ter* (renda, bem-estar, bens etc) e do *ser/fazer* (oportunidades sociais e capacidades individuais), Amartya Sen, oferece as condições teóricas para a elaboração e execução de políticas de desenvolvimento social que não questionam a concentração de renda, a troca desigual entre as economias centrais e periféricas, nem tampouco a centralização crescente da propriedade. Ao contrário, das antigas concepções desenvolvimentistas – que permitiram questionamentos sobre a concentração de riquezas no mundo subdesenvolvido – a concepção de Sen não permite qualquer análise crítica, mesmo que limitada, dos efeitos nefastos da dinâmica atual de financeirização e mundialização do capital. (MARANHÃO, 2012, p.100)

As proposições ideopolíticas de Sen e defendidas pelos organismos multilaterais influenciaram as proposições de governos progressistas na América Latina, a exemplo do governo Lula que potencializou a face social-liberal no Brasil no intuito de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social.

Castelo (2013, p.264) afirma que as crises políticas que abalaram o mercado financeiro ao longo dos anos 1990 “[...], exigem soluções renovadas de disciplina da classe trabalhadora – subsunção formal e real do trabalho à lógica do capital, coerção direta promovida pelo Estado e o poder da ideologia -, apagando tentativas de rebelião dos subalternos”. Em outros termos, exige a “refuncionalização do Estado”. E a “refuncionalização do Estado” significa garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” por meio de políticas compensatórias. (Idem, *Ibidem*)

Segundo Castelo (2013, p. 358), “na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deveria ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial [...], mas sim às falhas do mercado e a não dotação de certos ativos por parte dos pobres”.

Nestes termos, existia uma metodologia de gestão da pobreza à luz dos ideólogos nacionais do social-liberalismo que, na análise crítica de Castelo (2013, p.359), revela que “os ideólogos nacionais do social-liberalismo reverenciam os estudos descritivos da pobreza, retratada pelos índices de distribuição pessoal de renda e definida como falta de certos dotes financeiros”. E complementa: [...] Primeiro quantifica-se a renda *per capita* da família para depois compará-la com o nível mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas da família, nível mínimo determinado pelo Banco Mundial [...]. (Idem, *Ibidem*)

E, hoje? A dinâmica da acumulação capitalista e de reprodução social da classe trabalhadora aponta para ascensão de novos-velhos mecanismos de expropriação de direitos. Nos termos de Boschetti (2018),

[...] a supressão ou restrição de direitos existentes reduz a participação social do Estado social na reprodução ampliada da força de trabalho e, em novo contexto e condições históricas, deixa os trabalhadores “livres como pássaros”, o que os impele

a se submeter a não importa que tipo de trabalho ou atividade para assegurar sua subsistência e de sua família, ou seja, os lança ao jugo das relações de mercado sem nenhum tipo de proteção. (BOSCHETTI, 2018, p.161)

Considerando os elementos expostos acima, assim como o avanço de governos de extrema-direita e de políticas (ultra) neoliberais e (neo) conservadoras regidas no Brasil sob a batuta bolsonarista, indagamos acerca do papel intelectual do Banco Mundial? No âmbito da proteção social, que diretrizes e ações estão estabelecidas pelo Banco Mundial para as economias periféricas e dependentes? Vejamos!

### **3. “NOVA” ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO SOCIAL:** Da “inclusão social” à “inclusão financeira”.

Sem perder de vista as contradições em torno das conquistas sociais no período do social-liberalismo, especialmente, no contexto do Lulismo que tanto ampliaram os mecanismos de acumulação capitalista, como o acesso da população baixa renda às políticas de assistência social, especialmente, constituindo um “reformismo fraco” - nos termos de Singer, 2012<sup>11</sup> -, observa-se que o Estado brasileiro inaugurou um forte mecanismo de acumulação capitalista, ainda que tenha contribuído com a reprodução social das classes subalternas. Um dos mecanismos tem a ver em legitimar a presença histórica do Banco Mundial em encontrar soluções “inovadoras” para a intervenção social do Estado brasileiro.

Na análise do Banco Mundial (2021), hoje, pós-pandemia, o governo do Brasil poderia “inovar” e adotar uma concepção de um produto financeiro e ações complementares para fortalecer a resiliência das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (BF)<sup>12</sup> e inscritas no Cadastro Único, particularmente aquelas que trabalham na economia informal. Segundo o Banco Mundial,

---

<sup>11</sup>Para Singer, o reformismo fraco, por ser fraco, implica ritmo tão lento que, por vezes, parece apenas eternizar a desigualdade. Mas, por outro lado, na sua compreensão “o fato de ser reformismo provoca mudanças expressivas onde o atraso deixava a pobreza intocada”, a exemplo do efeito que o Programa Bolsa Família causou no Nordeste. Por isso, não deve ser confundido nem com o reformismo forte, que ele arquivou por quem sabe quanto tempo, nem com o neoliberalismo [ortodoxo], que ele breçou abrindo processos de transformação no outro sentido. (SINGER, 2012, p. 200)

<sup>12</sup> Conforme explicado na nota 04, leia-se no “Auxílio Brasil”.

Embora a crise de COVID-19 tenha gerado inovações que ampliaram parcialmente o acesso às contas de poupança digitais, ainda precisa ser desenvolvida uma política específica que se valha da poupança ou seguro para melhorar a gestão de risco das famílias de baixa renda no Brasil. Até o momento, a atenção tem sido voltada, principalmente, à expansão do crédito para este grupo. (BANCO MUNDIAL, 2021, p.65)

Na trilha do Banco Mundial o que está subjacente a essa “inovação” é que,

[...] os pobres tendem a pagar mais pelo crédito e, provavelmente, recebem retornos mais baixos sobre suas economias; em parte, isso ocorre porque os custos de transação são muito altos para os clientes de baixa margem. Uma lógica semelhante poderia ser considerada no Brasil, usando o Cadastro Único como fonte de intermediação financeira relativa a uma gama mais restrita de produtos. Pesquisas do BCB indicam que muitos bancos além da CEF (que é o único intermediário) já atendem os clientes do Cadastro Único. Porém, os usuários podem dispor do tempo, nível de ensino ou alcance geográfico necessário para identificar o produto com a maior relação custo-benefício. O setor público poderia, portanto, desempenhar um papel importante na seleção competitiva dos poucos produtos financeiros que oferecem o melhor custo-benefício para os usuários, incluindo crédito ao consumidor, contas de poupança e microsseguro, além de ajudar a reduzir o custo de prestação (BANCO MUNDIAL, 2021, p.73).

Nos termos analisados por Salvador (2019), “a presença do capital portador de juros e do capital fictício está no âmago das relações econômicas e sociais no capitalismo atual, com predomínio da financeirização”. Ademais, segundo o pesquisador, “a financeirização implica pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros”. (Idem, *Ibidem*, p.99-104)

Portanto, não à toa que as diretrizes do Banco Mundial se direcionam sob a ideia da “inclusão financeira”!

Conforme nos adverte Pereira (2009) é preciso compreender o “Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro”. Ainda que o estudo de João Márcio Mendes Pereira trate da análise do Banco Mundial no período de 1944 a 2008, o que o pesquisador nos aponta são pistas que possibilitam compreender o “papel intelectual do Banco Mundial como promotor de ideias relativas ao desenvolvimento capitalista, em clave neoliberal,

fortalecendo atividades de pesquisa, formação de quadros, coordenação de iniciativas multilaterais, assistência técnica e diálogo com governos” (PEREIRA, 2009, p. 342).

A análise de Pereira (2009) encontra mais um dado empírico quando analisamos as orientações do Banco Mundial (2021) aos governos neoliberais de plantão. Tratam-se das diretrizes do Banco para a proteção social “pós-pandemia”, que se articulam basicamente, naquilo que estamos sistematizando e denominando criticamente de uma espécie de proteção social mediada não mais pela limitada “inclusão social”, mas pela “inclusão financeira”.

Tais aspectos vão repercutindo sobre os limites sociais da intervenção social do Estado que, sob novas emendas à Constituição Federal de 1988, decretos e legislações sociais, vão substituindo os pressupostos da segurança social em favor do seguro social. E esse processo, a nosso ver, é uma expressão da violência referida por Castelo (2017).

Segundo Castelo a violência é marca fundante dos processos de acumulação capitalista no Brasil. Segue o que expõe o autor,

No Estado ampliado neoliberal, as políticas econômicas, sociais, geopolíticas e de segurança operam conjuntamente, dentro de uma lógica totalizante, a favor do aumento da extração do mais-valor produzido pela força de trabalho, no atendimento minimalista de necessidades humanas, no apassivamento das lutas populares e na criminalização – e até mesmo militarização – da “questão social” e das organizações mais radicais de esquerda. Além disso, os Estados imperialistas continuam a cumprir com zelo o seu papel de dominação e extração da riqueza dos países dependentes, sejam eles semiperiféricos ou periféricos, reeditando, sob nova roupagem, métodos da acumulação primitiva do capital [...]. Desta maneira, defende-se a tese da ampliação e do fortalecimento do Estado na era neoliberal, que cumpre papel fundamental na ofensiva do capital financeiro financeirizado ao trabalho e do imperialismo nos países dependentes. [...] Mais ou menos explícita, a violência é marca fundante dos processos de acumulação capitalista no Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo, seja pela força do Estado, seja pela atuação dos capitalistas e latifundiários nos processos de alienação, subsunção (formal e real) e exploração da força de trabalho de mulheres, homens e crianças no reino oculto da produção. A violência é, assim, uma potência econômica utilizada sistematicamente pelas classes dominantes nas suas lutas contra os subalternos, tanto nas regiões imperialistas quanto no capitalismo dependente, com maior intensidade neste último, por conta da superexploração (CASTELO, 2017, p. 63)

Voltando à exposição das diretrizes do Banco Mundial, observa-se que caso o Estado brasileiro avance e efetive as diretrizes e estratégias “inovadoras” do Banco Mundial (2021), o que se desenhará será uma estrutura onde sairemos do patamar legal do direito à “segurança social” para o da “servidão sem proteção” (BOSCHETTI, 2018), expressando o agravamento das desigualdades sociais em um contexto de crise do trabalho socialmente protegido e de barbarização da vida.

Importa ressaltar, conforme vem defendendo o Banco Mundial, desde 2012, as estratégias “inovadoras” de proteção social e trabalho tratam não apenas da “resiliência social”, mas das reconfiguradas ideias de Amartya Sen de *Oportunidade e Equidade*. Respectivamente, essas estratégias significam: *resiliência social* - seguro contra impactos de diferentes choques; *oportunidade* - promoção de capital humano e acesso a empregos produtivos; e, *equidade* - proteção contra privações. (Banco Mundial, 2012, p. 26)<sup>13</sup>. O quadro a seguir detalha os elementos que expressam essa tríade da “inclusão financeira” que, segundo o Banco Mundial (2021, p.65) “aprimora a gestão de risco das famílias de baixa renda no Brasil”, a saber:

| <b>Desenho de instrumentos de poupança voluntária para famílias de baixa renda para aumentar a resiliência</b> | <b>Intervenções Financeiras Complementares</b>   | <b>Aproveitar o Cadastro Único e o BF como plataformas para inclusão financeira</b>                        |
|--|--|--|
| <b>Compromisso de poupar</b> por meio de recursos e incentivos comportamentais.                                | <b>Educação financeira</b> , incluindo incentivos para acessar produtos adicionais (crédito) | Um <b>BF plenamente financiado</b> é um 'seguro de renda' fundamental para os trabalhadores formais        |
| <b>Incentivos monetários</b> (contrapartidas, recompensas pelo alcance de metas)                               | <b>Vincular a inclusão financeira</b> à formação e capacitação para o trabalho autônomo.     | Parte do BF pode ser desenhado para construir <b>contas de poupança preventiva</b>                         |
| <b>Recursos de educação financeira</b> embutidos nas contas bancárias digitais.                                | <b>Reduzir o custo de empréstimo para os pobres</b> por meio de concorrência, educação       | Foco nos <b>beneficiários do BF de saída do programa</b> , e nos trabalhadores autônomos não-bancarizados. |
| <b>Pilotos de diferentes desenhos</b> por meio de experimentos em pequena escala                               | <b>Microseguro</b> contra riscos raros de catástrofes  | Cadastro Único como plataforma para estabelecer <b>parcerias com múltiplos provedores</b>                  |

<sup>13</sup>Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/789661635495013143/pdf/Enhancing-Resilience-of-Low-Income-Workers-in-Brazil-Financial-Instruments-and-Innovations.pdf>

**Fonte:** Banco Mundial (2021, p.65) – Aumentando a Resiliência dos Trabalhadores de Baixa Renda no Brasil – Instrumentos Financeiros e Inovações – Figura 22 - Resumo as Implicações das Políticas.

## **QUADRO 1 – Expressões da Resiliência social, Oportunidade e Equidade.**

Segundo o Banco Mundial (2012, p.25),

As metas de resiliência, equidade e oportunidade não podem ser atingidas com programas isolados, dentro de um único setor ou por meio de mandatos públicos. Para atingi-las é necessário uma estrutura normativa, jurídica e institucional adequada. Do ponto de vista das operações, ela requer uma carteira de instrumentos, colaboração entre diferentes setores econômicos e trabalho do setor público para estimular e complementar os atores privados.

Na contramão das diretrizes do Banco Mundial acerca da “gestão financeira da miséria”, a Pandemia da Covid-19 nos mostrou que a transferência monetária do Auxílio Emergencial foi insuficiente para garantir a reprodução social das classes subalternas, naquele contexto, ainda que tenha se mostrado, paradoxalmente, necessária. Da nossa perspectiva teórica e política, o que a Pandemia da Covid-19 escancarou em termos sociais, indicou a urgente necessidade de ampliação da intervenção social do Estado, inclusive, de estabelecer níveis estruturais e básicos de proteção social enquanto Direito Humano e universal a todos e todas, alicerçando políticas sociais públicas de Estado e não de governos. Os dados da realidade nos legitimam a expor esse argumento. Em 2022 as pesquisas registram o aumento das desigualdades sociais e da miséria de mais de 260 milhões no mundo, repercutindo sobre o Brasil, é o que revela o mais recente relatório da OXFAM<sup>14</sup>.

---

14 [https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-263-milhoes-de-pessoas-podem-cair-na-extrema-pobreza-em-2022-alerta-novo-relatorio-oxfam/?utm\\_campaign=newsletter\\_-\\_geral\\_-\\_abril\\_2022&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Station](https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-263-milhoes-de-pessoas-podem-cair-na-extrema-pobreza-em-2022-alerta-novo-relatorio-oxfam/?utm_campaign=newsletter_-_geral_-_abril_2022&utm_medium=email&utm_source=RD+Station)

Dito de outra forma, na contramão do que está a indicar o Banco Mundial como diretrizes para a “inovação” da proteção social no Brasil, a Pandemia da Covid-19, expõe que a barbárie capitalista contemporânea está, contínua e sistematicamente, deixando milhões de brasileiros e brasileiras cada vez mais pauperizados, desprotegidos socialmente e, por conseguinte, vulneráveis ao desemprego, à fome e à insegurança alimentar e nutricional e à viverem em condição de situação de rua, dentre outras mazelas.

A mais recente reação burguesa expressa no golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 vem corroborando com o agravamento dos índices de desigualdade social no Brasil. O golpe além de coroar o fim do ciclo social-liberal, inaugurou, por sua vez, a fase ultraneoliberal iniciada com os processos implementados pelo então presidente Michel Temer e sedimentada com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país.

Desde o governo de M. Temer, podemos afirmar que entraram em curso os mecanismos que vão intensificar a barbarização da vida do conjunto da classe trabalhadora, notadamente, das mulheres das classes subalternas. Conforme já conhecida, a Emenda Constitucional – EC-95<sup>15</sup> -, que congelou<sup>16</sup> os gastos com Saúde e Educação por vinte anos e que tem fortes repercussões sobre a política de Assistência Social, vem esculpida pelas contrarreformas trabalhista e do ensino médio, todas articuladas com a chegada ao poder de um governo alinhado aos países Imperialistas, em especial, aos EUA vão dando o tom das tendências das políticas econômicas e sociais no Brasil, intensificando os processos de desmonte da Seguridade Social através da recente “reforma” da Previdência Social, por exemplo.

Em suma, o que os parágrafos acima indicam é que existe toda uma dinâmica contraditória exposta no projeto e nos processos do Estado neoliberal para desmonte dos direitos sociais inscritos na Carta Magna de 1988 cujo eixo se voltaria contra a expansão universal e progressiva da Seguridade Social e de suas políticas correlatas, desenhando, ao fim e ao cabo, “faces diferentes da mesma moeda”: a contrarreforma da Seguridade Social

---

15 Na perspectiva de Castelo (2017, 67), “a Emenda à Constituição nº 95/2016 (EC 95), criadora de um novo regime fiscal, surge como a medida mais marcante da violência como potência econômica nos últimos tempos”. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/view>. acesso em 08/08/2022.

16 Na perspectiva de Salvador (2019, p.107), o Novo Regime Fiscal instituído com a EC-95 “inviabiliza a vinculação dos recursos para as políticas sociais, nos moldes desenhados na Constituição Federal de 1988 [...]”.

onde o velho e o “novo” modelo de políticas sociais públicas convivem em processos mediados pelo “ajuste fiscal permanente” (nos termos de Behring, 2019).

Conforme destaca Behring (2018, p.188), “o tempo presente é de decadência e crise do capitalismo monopolista e imperialista em sua maturidade, que adentra numa onda longa com tonalidade de estagnação desde fins dos anos 60 do século XX”. Ainda de acordo com autora,

Mesmo com a imensa reação burguesa a sua própria crise, com o advento do neoliberalismo, da mundialização financeira e da reestruturação produtiva nos últimos quatro decênios [...] a tonalidade recessiva global não foi superada [...] tal reação burguesa é acompanhada de vastas sinalizações de barbarização da vida [...] e se expressa muito especialmente na agressiva ofensiva sobre as maiorias – a classe trabalhadora – tendo em vista a apropriação do tempo de trabalho a baixo custo, explorando o diferencial de produtividade do trabalho na hierarquia da economia capitalista mundial. (BEHRING, 2018, p.188-9)

#### 4. CONCLUSÕES

No contexto da Pandemia do Novo Coronavírus e frente à insuficiência da intervenção social do Estado brasileiro, estrutural e conjuntural, algumas pesquisas revelaram o *quantum* de trabalho doméstico não remunerado e de trabalho de cuidados foram necessários para garantir a reprodução social. Em torno dessa questão, a pesquisa *Sem Parar – O trabalho e a vida das mulheres na Pandemia*<sup>17</sup> -, expôs como as desigualdades raciais e de renda marcaram a vida e o trabalho das mulheres na pandemia. Conforme exposto no relatório da referida pesquisa, “50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na Pandemia” e “40% das mulheres afirmaram que a Pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco” e, que a maior parte (50%) das que têm essa percepção são mulheres negras (SOF, 2020).

Em síntese, os impactos sociais sentidos pelas mulheres da periferia estão

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

expressos no tocante à realidade de ausência ou insuficiência do trabalho socialmente protegido, de programas efetivos de transferência de renda<sup>18</sup> e dos serviços sociais públicos estatais de proteção social, especialmente, os serviços de escolas e creches, saúde, restaurantes e lavanderias populares, serviços de convivência para idosos e pessoas com deficiência, dentre outros. Revelando, a nosso ver, que a cada nova crise do capital, as diretrizes dos organismos internacionais de controle das economias periféricas vão na contramão das reais necessidades das classes subalternas, impondo desafios ao conjunto da classe trabalhadora. Dentre os quais, destacamos a síntese exposta por Castelo e que temos concordância, a saber:

Os subalternos devem ousar construir o poder popular, com ocupações, mobilizações, paralisações e greves gerais. Somente desta maneira poderemos sair da defensiva e pautar um projeto autônomo de classe, que lute não somente contra os ataques mais agudos do neoliberalismo, mas também contra o imperialismo e o capitalismo dependente na sua atual fase, a favor de uma sociedade sem exploração e opressões. (CASTELO, 2017, p. 69)

Pelo exposto, na trilha do pensamento de Castelo (2017), a exposição sumária desses elementos já aponta tanto a necessidade de aprofundar as pesquisas em torno do tema, assim como de construção de um projeto popular de superação da dependência econômica e subalterna aos países imperialistas e de seus organismos de controle, a exemplo do Banco Mundial. Por seu turno, o agravamento das expressões da “questão social” adverte a classe trabalhadora que está em pauta a necessidade de lutar pela ampliação da intervenção social do Estado a fim de garantir e efetivar direitos sociais de proteção social, mas sob diretrizes populares visando à construção de um inédito *Sistema de Proteção Social público estatal, universal, progressivo, feminista, popular, laico, antipatriarcal e antirracista e que respeite, no mínimo, a diversidade e as necessidades humanas consideradas sobre as “cicatrices” da nossa formação social histórica*. Portanto,

---

18 Sobre esse tema indicamos a reflexão de Ivanete Boschetti e Elaine Behring intitulada “Transferência de renda”, teto de gastos e oportunismo: para uma crítica de esquerda. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/08/18/transferencia-de-renda-teto-de-gastos-e-oportunismo-para-uma-critica-de-esquerda/>

que vá na contratendência das políticas neoliberais e das diretrizes dos organismos internacionais para o controle do Estado social brasileiro e, de modo geral, da América Latina e do Caribe.

Ademais, está implícita nesse debate a necessidade de as mulheres das classes subalternas, em especial, as mulheres negras das periferias não caírem no “canto da sereia” seja da “inclusão social” estruturada pelo “reformismo fraco”, nem da “resiliência social” orquestrada em sintonia com a suposta ideia da proteção social pela via da financeirização da vida, do empreendedorismo e do empoderamento feminino.

Nestes termos, finalizamos esse artigo tecendo como resposta à pergunta que o estruturou que, em tempos de enfrentamento da ultradireita, do (neo) conservadorismo, das políticas ultraneoliberais e da financeirização das políticas sociais no Brasil e no mundo capitalista, diremos: *não* aos retrocessos! E, que a chama da luta de classes volte para o centro da pira para reafirmar: “proletárias e proletários de todo o mundo, uni-vos” (ASSUNÇÃO & PARKS, 2022, p.16 *apud* MARTÍNEZ, 2022).

## 5. REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Aumentando a Resiliência dos Trabalhadores de Baixa Renda no Brasil – instrumentos financeiros e inovações – prática global de proteção social e emprego: América Latina e Região do Caribe, 2021.** Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/789661635495013143/pdf/Enhancing-Resilience-of-Low-Income-Workers-in-Brazil-Financial-Instruments-and-Innovations.pdf>. acesso abril 2022.

\_\_\_\_\_. **Estratégia de Proteção Social e Trabalho do Banco Mundial para 2012-2022.** Disponível em: [http://web.worldbank.org/archive/website01536/WEB/IMAGES/SPL\\_ST-4.PDF](http://web.worldbank.org/archive/website01536/WEB/IMAGES/SPL_ST-4.PDF). acesso abril 2022.

BEHRING, Elaine. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. In: SALVADOR, E. BEHRING, E. LIMA, R. (orgs). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo, Cortez, 2019.

\_\_\_\_\_. **Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise**. In: BOSCHETTI, Ivanete (orgs). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação de Direitos e reprodução da força de trabalho**. In: Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo, Cortez, 2016.

CASTELO, Rodrigo. **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica**. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/view>. acesso em 08 de agosto de 2022.

\_\_\_\_\_. **O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo, Cortez, 2007.

MARANHÃO, Cezar H. **Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais**. In: MOTA, Ana E. (org). Desenvolvimento e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo, Cortez, 2012.

MARTÍNEZ, Josefina L. **Nós Mulheres, o proletariado – greves de mulheres trabalhadoras, ontem e hoje.** São Paulo: Associação Operária Olavo Hansen [Editora ISKRA], 2022.

PEREIRA, João M. M. **Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** Disponível em: [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009\\_PEREIRA\\_Joao\\_Marcio\\_Mendes-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes-S.pdf). acesso em 08 de agosto de 2022.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público, crise e financeirização da previdência social.** In: SALVADOR, E. BEHRING, E. LIMA, R. (orgs). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo, Cortez, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo, Companhia das Letras, 2012.